

20/04/2010

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 570.712 PARANÁ**

RELATORA	: MIN. ELLEN GRACIE
AGTE.(S)	: CLEUSA BONA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOÃO LUIZ ARZENO DA SILVA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 1º-D DA LEI 9.494/97. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS: DISPENSA. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA PELA FAZENDA PÚBLICA EM AÇÃO COLETIVA. IMPOSSIBILIDADE DE FRACIONAMENTO DA EXECUÇÃO.

1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 420.816, relator para o acórdão o Min. Sepúlveda Pertence, DJ 10.11.2006, declarou a constitucionalidade do art. 1º-D da Lei 9.494/97, que dispensa o pagamento de honorários advocatícios nas execuções não embargadas pela Fazenda Pública
2. Impossibilidade de fracionamento da execução, para requerer requisição de pequeno valor, quando for o caso de ação coletiva.
3. Agravo regimental improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, negar provimento, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 20 de abril de 2010.

  
Ellen Gracie

- Relatora



**20/04/2010****SEGUNDA TURMA****AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 570.712 PARANÁ**

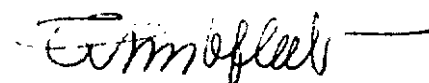
RELATORA	: MIN. ELLEN GRACIE
AGTE.(S)	: CLEUSA BONA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOÃO LUIZ ARZENO DA SILVA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL

**RELATÓRIO**

A Senhora Ministra Ellen Gracie: 1. Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que deu provimento ao recurso extraordinário interposto.

2. Alega a parte agravante, em síntese, que a decisão impugnada, ao valer-se do precedente utilizado como razão de decidir não considerou que todos os créditos objetos da execução de sentença são inferiores aos definidos em lei como de pequeno valor.

É o relatório.



RE 570.712-AgR / PR

## VOTO

A Senhora Ministra Ellen Gracie (Relatora): A decisão agravada não merece reforma, devendo ser mantida por seus próprios fundamentos.

2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 420.816, relator para o acórdão o Min. Sepúlveda Pertence, DJ 10.11.2006, declarou a constitucionalidade do art. 1º-D da Lei 9.494/97, que dispensa o pagamento de honorários advocatícios nas execuções não embargadas pela Fazenda Pública, dando-lhe *“interpretação conforme de modo a reduzir-lhe a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (Código de Processo Civil, art. 730), excluídos os casos de pagamentos de obrigações definidos em lei como de pequeno valor, objeto do § 3º do artigo 100 da Constituição.”*

3. Correta a decisão impugnada ao concluir, com fundamento na jurisprudência iterativa desta Suprema Corte, pela impossibilidade de fracionamento da execução, para requerer a requisição de pequeno valor, tendo em vista tratar-se de ação coletiva que, diga-se, foi fundamento da decisão não atacado pelo presente agravo regimental.

4. Corroborando com o supracitado entendimento, cito o RE 511.179-ED/RS, rel. Min. Eros Grau, 2ª Turma, unânime, pub. DJE 30.11.2007; o RE 505.919-AgR/RS, rel. Min. Carlos Britto, 1ª Turma, unânime, pub. DJE 30.11.2007 e o AI 615.415-AgR/RS, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, unânime, pub. DJE 19.12.2007, cuja ementa transcrevo *in verbis*:

*“CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. ART. 1º-D DA LEI 9.494/97. CONSTITUCIONALIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÕES NÃO EMBARGADAS PELA FAZENDA PÚBLICA. ART. 100, § 3º. DA CONSTITUIÇÃO. AÇÃO COLETIVA.*

*I - O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 420.816/PR, conheceu do recurso e declarou a constitucionalidade da Medida Provisória 2.180-35/2001, com interpretação conforme, de modo a reduzir-lhe a*

**RE 570.712-AgR / PR**

*aplicação à hipótese de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, excluídos os casos de pagamento de obrigação definidos em lei como de pequeno valor.*

*II - A questão de mérito foi decidida conforme o recurso extraordinário interposto pela União, ora agravada, não podendo a matéria ser inovada em agravo regimental.*

*III - Não há falar em prejudicialidade do recurso extraordinário, nem em aplicação da Súmula 283 do STF, quando o Superior Tribunal de Justiça, analisando fundamento infraconstitucional não suficiente, nega provimento ao recurso especial.*

*IV - Não opostos embargos de declaração do acórdão objeto do recurso extraordinário, a questão do cabimento de honorários advocatícios em execução de sentença proveniente de ações civis públicas não foi suscitada. Ausente, portanto, o indispensável prequestionamento.*

*V - Agravo não provido.”*

5.  
regimental.

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo



Ministra Ellen Gracie

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 570.712**

PROCED. : PARANÁ

**RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE**

AGTE.(S) : CLEUSA BONA E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : JOÃO LUIZ ARZENO DA SILVA E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

**Decisão:** Negado provimento. Votação unânime. **2ª Turma**, 20.04.2010.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Ellen Gracie, Joaquim Barbosa e Eros Grau.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede  
Coordenador